

# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### DEPARTAMENTO JURÍDICO

#### ANTEPROJETO DE LEI Nº 28/2024

APRECE ao projeto.  
22/12/2024

Sumula: Declara de Utilidade Pública no âmbito Municipal a Associação Esportiva "Paqueton" Lapa-PR, e dá outras providências.

#### 1 – PREÂMBULO

Vem para análise do Departamento Jurídico da Câmara Municipal da Lapa o projeto de Lei nº 28/2024, de autoria do Vereador Arthur Bastian Vidal,, cujo objeto é declarar de Utilidade Pública no âmbito Municipal Associação Esportiva "Paqueton" Lapa-PR, e dá outras providências.

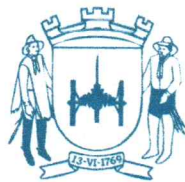
#### 2 – CARÁTER OPINATIVO DESTE PARECER

Inicialmente, cumpre esclarecer que todo o exposto trata-se de um parecer opinativo técnico-jurídico, o qual, segundo o renomado doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, em sua incontestável obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Editora Malheiros, ensina:

"Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, **não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões**, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo, não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial, ou punitiva." (Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, 26ª ed., Malheiros, p. 185).

Neste sentido, a Doutrina nos ensina que "Apesar de o parecer facultativo integrar o ato, com o acatamento do mesmo como um de seus fundamentos, o parecer não perde sua autonomia de ato meramente opinativo. Este é o caso para o qual o Gestor não tinha obrigação de ouvir seu corpo técnico, mas decidiu fazê-lo para subsidiar sua decisão. O parecer será obrigatório quando a oitiva do parecerista é parte necessária da instrução do processo. É determinada pela lei como condição de eficácia processual e sua transgressão corresponderá à violação ao princípio do devido processo legal. Mais ainda sim, segundo Di Pietro, a autoridade competente não ficará adstrita ao parecer, que mantém intacta sua natureza opinativa. Contudo, prossegue a autora, para decidir de





forma diversa, deverá fundamentar sua decisão.”([https://portal.jmlgrupo.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp\\_id=127](https://portal.jmlgrupo.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp_id=127)).

### 3 – ANALISE DO TEMA

Conforme consta da justificativa apresentada, a “(...) associação atua sem fins lucrativos, promovendo o acesso ao esporte e atividades de lazer para crianças, adolescentes e adultos, contribuindo significativamente para a qualidade de vida da população. A Associação realiza diversas atividades, incluindo, a promoção de aulas e treinamentos de futebol, que visam à formação de atletas e ao desenvolvimento de habilidades motoras e sociais, fomentando assim o espírito esportivo, a convivência comunitária e a integração social. Desta forma, em uma atitude de reconhecimento pelos trabalhos que vem sendo prestados é que propõe-se tal medida, pois a declaração de utilidade pública permite que a Associação possa receber incentivos do Poder Público, atraindo, também, o apoio da comunidade e de outras instituições, contribuindo para o fortalecimento da mesma, permitindo que ela se consolide como um agente relevante no município.”

A declaração de utilidade pública municipal é um ato administrativo que reconhece uma entidade ou organização como sendo de interesse público para o município, devido aos serviços que presta à comunidade. Isso pode incluir associações, fundações e ONGs que desenvolvem atividades relevantes para a comunidade, como assistência social, educação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outras.

Esse reconhecimento pode proporcionar alguns benefícios, como, por exemplo, a celebração de convênios com o poder público e, eventualmente, apoio financeiro.

Para obter essa declaração, a entidade precisa comprovar sua atuação e relevância social, além de seguir os procedimentos administrativos estabelecidos pela legislação municipal, no caso a Lei nº 2804/2013, a qual sobre o tema diz que:

Art. 1º. A Declaração de Utilidade Pública Municipal somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – ser pessoa jurídica de direito privado na forma de Sociedade Civil, ou de Associações e ou Fundações com sede no Município da Lapa, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente a coletividade:

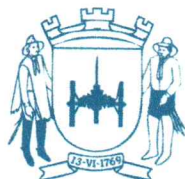
**OBS:** Este item foi comprovado com a juntada do Estatuto da entidade.

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (6) seis meses e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente;

**OBS:** Este item se comprovou com o CNPJ e no Estatuto.

III – que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribui lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio,





# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### DEPARTAMENTO JURÍDICO

auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social;

**OBS:** Este item se comprovou no artigos 1º, 25 e 29 do Estatuto.

IV – que conste no estatuto social ou seja acostado declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público;

**OBS:** Item comprovado com o artigo 25 e 29 do Estatuto

V – que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos;

**OBS:** Item comprovado pelo artigo 27, paragrafo único do Estatuto.

VI – que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso;

**OBS:** Itens comprovados através de certidões.

VII – declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de entes internacionais.

**OBS:** Declaração anexada.

§ 1º As entidades de cunho de assistência social deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal.

**OBS:** Declaração anexada.

Art. 2º. O autor do projeto de lei, deverá declarar que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade, a qual propõe a declaração de utilidade pública.

**OBS:** Justificativa e declaração anexada.

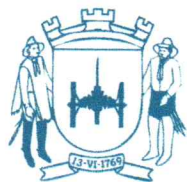
Art. 3º. As entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Câmara Municipal, com assinatura da maioria dos membros da diretoria.

**OBS:** Relatório apresentado.

## 4 – TRAMITAÇÃO

De acordo com nosso Regimento Interno, a propositura deverá ser submetida ao crivo da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Após a emissão dos pareceres na forma regimental e inclusão na ordem do dia, a propositura deverá ser votada em dois turnos de discussão e votação (art. 124 do R.I.), sendo que o quorum para deliberação da matéria é o da maioria absoluta e o para aprovação o da maioria simples. (art. 19 da Lei Orgânica), ressaltando-se que, na presente matéria, o Vereador que estiver presidindo a Sessão somente terá direito a voto em caso de empate (art. 130, § 2º, III da R.I.).



# CÂMARA

## MUNICIPAL DA LAPA - PR

### DEPARTAMENTO JURÍDICO

#### 5 – CONCLUSÃO

Isto posto, o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do mesmo com a deliberação pelo Douto Plenário desta Casa de Leis.

Vale ressaltar, que a emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Lapa, 22 de outubro de 2024.

Jonathan Ditttrich Junior  
OAB/PR 87.437

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 1920/2024  
Data: 22/10/2024 - Horário: 13:37  
Administrativo